CLIPPING INTERNET 30/11/2022 ATÉ 30/11/2022



INDÍCE

1	AÇÕES TIMA	
	1.1 SITE 0 MARANHENSE	1 2
2	CNJ	
	2.1 PORTAL DO MAGISTRADO	3
	2.2 SITE ANOREG	4
	2.3 SITE BARRA DO CORDA	5
	2.4 SITE CNJ	6
	2.5 SITE 0 JUDICIÁRIO	7
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG MARDEN RAMALHO	8
	3.2 BLOG NOTICIADOR JURÍDICO	9
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG DIEGO EMIR	10
	4.2 BLOG DO MINARD	11
	4.3 BLOG DO NETO FERREIRA	12
	4.4 BLOG DOMINGOS COSTA	13
	4.5 BLOG EDUARDO ERICEIRA	14
	4.6 BLOG ENQUANTO ISSO NO MARANHÃO	15
	4.7 BLOG GILBERTO LEDA	16 17
	4.8 BLOG GLAUCIO ERICEIRA	18
	4.9 BLOG JOHN CUTRIM - JORNAL PEQUENO	19
	4.10 BLOG JORGE ARAGÃO	20
	4.11 BLOG LUÍS CARDOSO	21
	4.12 SITE 0 MARANHENSE	22
5	OUVIDORIA	
	5.1 SITE 0 MARANHENSE	23
6	PRESIDÊNCIA	
	6.1 BLOG DIÁRIO DO SUL MARANHENSE	24
	6.2 BLOG EZEQUIEL NEVES	25
	6.3 BLOG JOERDSON RODRIGUES	26
	6.4 BLOG PAULINHO CASTRO	27

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 30/11/2022 - BLOG DIEGO EMIR POSITIVA

Desembargador José Gonçalo Filho é eleito membro do TRE-MA

Desembargador José Gonçalo Filho é eleito membro do TRE-MA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, anunciou na sessão plenária administrativa desta quarta-feira (30), a votação para membro titular do TRE-MA, na categoria "desembargador". Foi eleito, com 29 votos, o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho.

Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria "juiz".

A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, por meio dos Ofícios nº 11544 / 2022 - TRE-MA/PR/GP e nº 11575 / 2022.

Com a saída de Angela Salazar em março de 2023, o desembargador José Luiz de Oliveira Almeida vai assumir a presidência e José Gonçalo será o corregedor-geral do TRE, ambos até 2025.

O desembargador José Gonçalo de Sousa Filho agradeceu a todos os desembargadores e desembargadoras, servidores e servidoras, por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. "Farei tudo o que estiver ao meu alcance para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve e vamos procurar melhorar sempre", comentou.

Além dos dois escolhidos e do desembargador José Luiz Almeida compõem o pleno do TRE/MA, os juízes Lino Osvaldo Serra Sousa e André Bogéa, e os juristas Anna Graziela e Camila Ewerton.

*Com informações do blog do Domingos Costa

O post Desembargador José Gonçalo Filho é eleito membro do TRE-MA apareceu primeiro em Diego Emir.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA 30/11/2022 - BLOG DIÁRIO DO SUL MARANHENSE POSITIVA

Direito a moradia: CGJ-MA firma parceria para regularização fundiária com 73 municípios

Direito a moradia: CGJ-MA firma parceria para regularização fundiária com 73 municípios

Emanuel Lemos 11 horas atrás

Compartilihar Facebook Twitter

Assinatura do termo de cooperação técnica de regularização fundiária - Foto reprodução

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) realizou nesta terça-feira, 29, no auditório do Fórum de São Luís, solenidade de assinatura do Termo de Cooperação Técnica com 73 prefeituras municipais beneficiadas pelo Projeto "Registro para Todos", política pública adotada pelo órgão para promover o direito à moradia aos maranhenses que vivem em área ocupadas irregularmente.

A meta da Corregedoria do Judiciário é alcançar 30 mil regularizações fundiárias com o projeto, que está sendo realizado em parceria institucional com o Governo do Estado, prefeituras municipais e cartórios de registro de imóveis nas cidades parceiras, beneficiando milhares de famílias com a titulação de imóveis.

Na abertura da solenidade, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho lembrou que o projeto de Regularização Fundiária teve início na gestão do corregedor Paulo Velten, junto ao MATOPIBA-MG e ao Fórum Fundiário Nacional e enfatizou que o registro imobiliário é gratuito para o cidadão.

"É um Termo de Cooperação de Trabalho. Vamos trabalhar com o serviço judiciário, extrajudicial, Governo do Estado, Federação dos Municípios e Escola da Magistratura (...). Não é um serviço simples. É um serviço extremamente complexo. Trabalhamos com documentação, perícia, notificações, publicidade de editais, chamamento da população e dos vizinhos da demarcação e precisamos de uma secretaria para dar suporte às prefeituras", explicou o corregedor.

A solenidade reuniu o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Velten; o secretário da Casa Civil, Sebastião Madeira, representando o governador do Estado do Maranhão, Carlos Brandão; o defensor público geral do Estado, Gabriel Furtado; os juízes Raimundo Neres, diretor do Fórum e Douglas Lima da Guia, coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária (NRF) da CGJ-MA; a prefeita de Anapurus, Vanderly Nascimento Monteles, representante da Federação dos Municípios do Maranhão (FAMEM), promotor de Justiça Haroldo Paiva de Brito, titular da 1ª Promotor de Justiça de Conflitos Agrários; Lucas Semeghini, titular do 4º Registro de Imóveis de São Luís, representante da ANOREG-MA, prefeitos municipais, procuradores de Justiça dos municípios e cartorários.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

"O problema da Regularização Fundiária no país não é novo e resulta de uma série de políticas que foram iniciadas, tentadas, mas fracassadas, por falta de vontade política, sobretudo, de homens e mulheres públicas, que estiveram à frente do processo", observou o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, acrescentando que a Reforma Agrária foi esquecida pelo poder público no Brasil. Para o presidente, a Regularização Fundiária é uma política pública necessária e prioritária para o desenvolvimento dos municípios, para assegurar a moradia digna para suas populações, dentre outros direitos.

As autoridades presentes assinaram o Termo de Cooperação Técnica, que formaliza a parceria visando ao início das ações. A próxima etapa do projeto será o início das atividades nos municípios. As ações estão previstas para começar em janeiro de 2023. Cada município beneficiado vai elaborar um plano de trabalho descrevendo as etapas e os prazos, propor a legislação para o Poder Legislativo Municipal e treinar os seus servidores, em curso oferecido pela ESMAM. Será obedecida a ordem cronológica de apresentação desses planos, para o início das atividades.

Segundo o coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária, juiz Douglas Lima da Guia, "a celebração dos termos de cooperação resulta de várias forças que primam por um bem maior – o direito à cidadania, com destaque para o papel do gestor do município que, ao aderir ao programa, reconhece o significado dessa importante política pública social".

"Essa parceria com o Poder Judiciário é inédita e fecha o ciclo do projeto unindo os registradores como importantes parceiros. Temos que avançar agora com a estruturação do núcleo com pessoal vinculado aos municípios para que o projeto realmente se viabilize", declarou a juíza Ticiany Maciel Palácio, auxiliar da CGJ-MA responsável pelo setor das serventias extrajudiciais da CGJ-MA.As autoridades presentes assinaram o Termo de Cooperação Técnica, que formaliza a parceria visando ao início das ações. A próxima etapa do projeto será o início das atividades nos municípios. As ações estão previstas para começar em janeiro de 2023. Cada município beneficiado vai elaborar um plano de trabalho descrevendo as etapas e os prazos, propor a legislação para o Poder Legislativo Municipal e treinar os seus servidores, em curso oferecido pela ESMAM. Será obedecida a ordem cronológica de apresentação desses planos, para o início das atividades.

Segundo o coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária, juiz Douglas Lima da Guia, "a celebração dos termos de cooperação resulta de várias forças que primam por um bem maior - o direito à cidadania, com destaque para o papel do gestor do município que, ao aderir ao programa, reconhece o significado dessa importante política pública social".

"Essa parceria com o Poder Judiciário é inédita e fecha o ciclo do projeto unindo os registradores como importantes parceiros. Temos que avançar agora com a estruturação do núcleo com pessoal vinculado aos municípios para que o projeto realmente se viabilize", declarou a juíza Ticiany Maciel Palácio, auxiliar da CGJ-MA responsável pelo setor das serventias extrajudiciais da CGJ-MA.

MUNICÍPIOS QUE ASSINARAM O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Assinaram o Termo de Cooperação Técnica prefeitos, procuradores de Justiça e registradores dos municípios de Açailândia, Afonso Cunha, Alcântara, Alto Parnaíba, Anajatuba, Anapurus, Apicum Açu, Axixá, Bacurituba (São Bento), Barreirinhas, Bela Vista, Bom Jardim, Buriticupu, Buriti Bravo, Campestre do Maranhão, Cantanhede, Carolina, Capinzal do Norte, Chapadinha, Codó, Davinópolis, Dom Pedro, Formosa da Serra Negra, Governador Edison Lobão, Governador Newton Bello, Governador Nunes Freire, Humberto de Campos, Itapecuru-Mirim, Joselândia, Lima Campos, Maracaçumé, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Monção, Montes Altos, Morros, Nova Colinas, Nova Olinda, Paraibano, Paulino Neves, Paulo Ramos, Pindaré-Mirim, Pirapemas, Raposa, Ribamar Fiquene, Santo Amaro, Santa Filomena, Santa Helena, Santa Luzia, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Preto, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Francisco do Brejão; São Francisco do Maranhão; São João do Caru; São João do Paraíso; São Luís, São Mateus do Maranhão, São Pedro dos Crentes, São Vicente Férrer, Senador La Rocque, Serrano do Maranhão, Sítio Novo, Tasso Fragoso, Timbiras, Timon, Tuntum, Turilândia, Vargem Grande, Viana e Vila Nova dos Martírios.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 30/11/2022 - BLOG DO MINARD POSITIVA Desembargador José Gonçalo de Sousa Filho é eleito membro titular do TRE-MA

Desembargador José Gonçalo de Sousa Filho é eleito membro titular do TRE-MA

Os desembargadores Ricardo Duailibe, Paulo Velten e Gonçalo Filho O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu, na manhã desta quarta-feira (30/11), o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho como membro do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria "desembargador", com 29 votos. Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria "juiz".

A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, por meio dos Ofícios nº 11544 / 2022 - TRE-MA/PR/GP e nº 11575 / 2022.

Após anunciar o resultado final, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten parabenizou os eleitos, desejando muito sucesso na nova empreitada que tem início no ano de 2023. Velten ressaltou não ter dúvida de que o desembargador José Gonçalo Filho fará um excelente trabalho, contribuindo para o que já está sendo desenvolvido na Corte eleitoral, atualmente, presidida pela desembargadora Angela Salazar.

O desembargador José Gonçalo Filho agradeceu a todos os desembargadores e desembargadoras, servidores e servidoras, por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. "Farei tudo o que estiver ao meu alcance, para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve e vamos procurar melhorar continuamente", comentou.

O magistrado agradeceu, em especial, ao desembargador Paulo Velten, pelo incentivo para que participasse do pleito para o ingresso à Corte eleitoral, e também, ao apoio do desembargador Froz Sobrinho. "Fico feliz por ter conseguido a maioria dos votos para ser conduzido àquela Corte. Farei tudo o que estiver ao meu alcance", concluiu.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, parabenizou o desembargador José Gonçalo, e o juiz Angelo Santos, concluindo que o TRE-MA só tem a ganhar com a escolha desses novos membros.

O vice-presidente e corregedor do TRE-MA, desembargador José Luiz Almeida, falou da satisfação pessoal, na certeza de que será coletiva, na indicação dos eminentes colegas naquela Egrégia Corte. "Minha satisfação é plena de que juntos assumimos o compromisso de bem fielmente desempenhar nosso mister com o objetivo da melhor prestação jurisdicional à coletividade", finalizou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 30/11/2022 - BLOG DO NETO FERREIRA POSITIVA Desembargador Gonçalo Filho é eleito membro titular do TRE

Desembargador Gonçalo Filho é eleito membro titular do TRE

O desembargador José Gonçalo de Sousa Filho foi eleito membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. O anúncio foi feito pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Velten, na sessão plenária administrativa desta quarta-feira (30). Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria "juiz".

Link:

https://www.netoferreira.com.br/poder/2022/11/desembargador-goncalo-filho-e-eleito-membro-titular-do-tre/

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 30/11/2022 - BLOG DOMINGOS COSTA POSITIVA

Des. Gonçalo é eleito para o TRE-MA

Des. Gonçalo é eleito para o TRE-MA

Prefeito Hilton Gonçalo e seu irmão José Gonçalo...

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, anunciou na sessão plenária administrativa desta quarta-feira (30), a votação para membro titular do TRE-MA, na categoria "desembargador". Foi eleito, com 29 votos, o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho.

Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria "juiz".

A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, por meio dos Ofícios nº 11544 / 2022 - TRE-MA/PR/GP e nº 11575 / 2022.

O desembargador José Gonçalo de Sousa Filho agradeceu a todos os desembargadores e desembargadoras, servidores e servidoras, por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. "Farei tudo o que estiver ao meu alcance para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve e vamos procurar melhorar sempre", comentou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 30/11/2022 - BLOG EDUARDO ERICEIRA POSITIVA Tribunal de Justiça elege dois novos membros para o TRE-MA

Tribunal de Justiça elege dois novos membros para o TRE-MA

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu, na manhã desta quarta-feira (30/11), o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho como membro do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria "desembargador", com 29 votos. Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria "juiz".

A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, por meio dos Ofícios nº 11544 / 2022 - TRE-MA/PR/GP e nº 11575 / 2022.

Após anunciar o resultado final, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten parabenizou os eleitos, desejando muito sucesso na nova empreitada que tem início no ano de 2023. Velten ressaltou não ter dúvida de que o desembargador José Gonçalo Filho fará um excelente trabalho, contribuindo para o que já está sendo desenvolvido na Corte eleitoral, atualmente, presidida pela desembargadora Angela Salazar.

O desembargador José Gonçalo Filho agradeceu a todos os desembargadores e desembargadoras, servidores e servidoras, por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. "Farei tudo o que estiver ao meu alcance, para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve e vamos procurar melhorar continuamente", comentou.

O magistrado agradeceu, em especial, ao desembargador Paulo Velten, pelo incentivo para que participasse do pleito para o ingresso à Corte eleitoral, e também, ao apoio do desembargador Froz Sobrinho. "Fico feliz por ter conseguido a maioria dos votos para ser conduzido àquela Corte. Farei tudo o que estiver ao meu alcance", concluiu.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, parabenizou o desembargador José Gonçalo, e o juiz Angelo Santos, concluindo que o TRE-MA só tem a ganhar com a escolha desses novos membros.

O vice-presidente e corregedor do TRE-MA, desembargador José Luiz Almeida, falou da satisfação pessoal, na certeza de que será coletiva, na indicação dos eminentes colegas naquela Egrégia Corte. "Minha satisfação é plena de que juntos assumimos o compromisso de bem fielmente desempenhar nosso mister com o objetivo da melhor prestação jurisdicional à coletividade", finalizou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 30/11/2022 - BLOG ENQUANTO ISSO NO MARANHÃO POSITIVA

Desembargador José Gonçalo Filho é eleito como membro titular do TRE-MA

Desembargador José Gonçalo Filho é eleito como membro titular do TRE-MA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão – TJMA, desembargador Paulo Velten, anunciou na sessão plenária administrativa desta quarta-feira (30), a votação para membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA). Na categoria "desembargador". Foi eleito, com 29 votos, o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho.

Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria "juiz".

A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten.

No resultado final, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten parabenizou os eleitos, desejando muito sucesso na nova empreitada que tem início no ano de 2023.

O presidente do Tribunal ressaltou não ter dúvida de que o desembargador Gonçalo Filho fará um bom trabalho, dando sequência ao desenvolvido pela desembargadora Angela Salazar (presidente do TRE-MA) e pelo desembargador José Luiz Almeida (vice-presidente e corregedor).

O desembargador José Gonçalo de Sousa Filho agradeceu a todos os desembargadores e desembargadoras, servidores e servidoras, por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. "Farei tudo o que estiver ao meu alcance para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve e vamos procurar melhorar sempre", comentou.

Agradeceu o convite do desembargador Paulo Velten que foi a primeira pessoa a lhe convidar para essa jornada, e ao desembargador Froz Sobrinho. "Fico feliz por ter conseguido a maioria dos votos para ser conduzido àquela Corte. Farei tudo o que estiver ao meu alcance", concluiu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA 30/11/2022 - BLOG EZEQUIEL NEVES POSITIVA CGJ-MA firma parceria para regularização fundiária com 73 municípios

CGJ-MA firma parceria para regularização fundiária com 73 municípios

DIREITO À MORADIA

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) realizou nesta terça-feira, 29, no auditório do Fórum de São Luís, solenidade de assinatura do Termo de Cooperação Técnica com 73 prefeituras municipais beneficiadas pelo Projeto "Registro para Todos", política pública adotada pelo órgão para promover o direito à moradia aos maranhenses que vivem em área ocupadas irregularmente.

A meta da Corregedoria do Judiciário é alcançar 30 mil regularizações fundiárias com o projeto, que está sendo realizado em parceria institucional com o Governo do Estado, prefeituras municipais e cartórios de registro de imóveis nas cidades parceiras, beneficiando milhares de famílias com a titulação de imóveis.

Na abertura da solenidade, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho lembrou que o projeto de Regularização Fundiária teve início na gestão do corregedor Paulo Velten, junto ao MATOPIBA-MG e ao Fórum Fundiário Nacional e enfatizou que o registro imobiliário é gratuito para o cidadão.

"É um Termo de Cooperação de Trabalho. Vamos trabalhar com o serviço judiciário, extrajudicial, Governo do Estado, Federação dos Municípios e Escola da Magistratura (...). Não é um serviço simples. É um serviço extremamente complexo. Trabalhamos com documentação, perícia, notificações, publicidade de editais, chamamento da população e dos vizinhos da demarcação e precisamos de uma secretaria para dar suporte às prefeituras", explicou o corregedor.

A solenidade reuniu o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Velten; o secretário da Casa Civil, Sebastião Madeira, representando o governador do Estado do Maranhão, Carlos Brandão; o defensor público geral do Estado, Gabriel Furtado; os juízes Raimundo Neres, diretor do Fórum e Douglas Lima da Guia, coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária (NRF) da CGJ-MA; a prefeita de Anapurus, Vanderly Nascimento Monteles, representante da Federação dos Municípios do Maranhão (FAMEM), promotor de Justiça Haroldo Paiva de Brito, titular da 1ª Promotor de Justiça de Conflitos Agrários; Lucas Semeghini, titular do 4º Registro de Imóveis de São Luís, representante da ANOREG-MA, prefeitos municipais, procuradores de Justiça dos municípios e cartorários.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

"O problema da Regularização Fundiária no país não é novo e resulta de uma série de políticas que foram iniciadas, tentadas, mas fracassadas, por falta de vontade política, sobretudo, de homens e mulheres públicas, que estiveram à frente do processo", observou o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, acrescentando que a Reforma Agrária foi esquecida pelo poder público no Brasil. Para o presidente, a Regularização Fundiária é uma política pública necessária e prioritária para o desenvolvimento dos municípios, para assegurar a moradia digna para suas populações, dentre outros direitos.

As autoridades presentes assinaram o Termo de Cooperação Técnica, que formaliza a parceria visando ao início das ações. A próxima etapa do projeto será o início das atividades nos municípios. As ações estão previstas para

começar em janeiro de 2023. Cada município beneficiado vai elaborar um plano de trabalho descrevendo as etapas e os prazos, propor a legislação para o Poder Legislativo Municipal e treinar os seus servidores, em curso oferecido pela ESMAM. Será obedecida a ordem cronológica de apresentação desses planos, para o início das atividades.

Segundo o coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária, juiz Douglas Lima da Guia, "a celebração dos termos de cooperação resulta de várias forças que primam por um bem maior – o direito à cidadania, com destaque para o papel do gestor do município que, ao aderir ao programa, reconhece o significado dessa importante política pública social".

"Essa parceria com o Poder Judiciário é inédita e fecha o ciclo do projeto unindo os registradores como importantes parceiros. Temos que avançar agora com a estruturação do núcleo com pessoal vinculado aos municípios para que o projeto realmente se viabilize", declarou a juíza Ticiany Maciel Palácio, auxiliar da CGJ-MA responsável pelo setor das serventias extrajudiciais da CGJ-MA.As autoridades presentes assinaram o Termo de Cooperação Técnica, que formaliza a parceria visando ao início das ações. A próxima etapa do projeto será o início das atividades nos municípios. As ações estão previstas para começar em janeiro de 2023. Cada município beneficiado vai elaborar um plano de trabalho descrevendo as etapas e os prazos, propor a legislação para o Poder Legislativo Municipal e treinar os seus servidores, em curso oferecido pela ESMAM. Será obedecida a ordem cronológica de apresentação desses planos, para o início das atividades.

Segundo o coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária, juiz Douglas Lima da Guia, "a celebração dos termos de cooperação resulta de várias forças que primam por um bem maior – o direito à cidadania, com destaque para o papel do gestor do município que, ao aderir ao programa, reconhece o significado dessa importante política pública social".

"Essa parceria com o Poder Judiciário é inédita e fecha o ciclo do projeto unindo os registradores como importantes parceiros. Temos que avançar agora com a estruturação do núcleo com pessoal vinculado aos municípios para que o projeto realmente se viabilize", declarou a juíza Ticiany Maciel Palácio, auxiliar da CGJ-MA responsável pelo setor das serventias extrajudiciais da CGJ-MA.

MUNICÍPIOS QUE ASSINARAM O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Assinaram o Termo de Cooperação Técnica prefeitos, procuradores de Justiça e registradores dos municípios de Açailândia, Afonso Cunha, Alcântara, Alto Parnaíba, Anajatuba, Anapurus, Apicum Açu, Axixá, Bacurituba (São Bento), Barreirinhas, Bela Vista, Bom Jardim, Buriticupu, Buriti Bravo, Campestre do Maranhão, Cantanhede, Carolina, Capinzal do Norte, Chapadinha, Codó, Davinópolis, Dom Pedro, Formosa da Serra Negra, Governador Edison Lobão, Governador Newton Bello, Governador Nunes Freire, Humberto de Campos, Itapecuru-Mirim, Joselândia, Lima Campos, Maracaçumé, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Monção, Montes Altos, Morros, Nova Colinas, Nova Olinda, Paraibano, Paulino Neves, Paulo Ramos, Pindaré-Mirim, Pirapemas, Raposa, Ribamar Fiquene, Santo Amaro, Santa Filomena, Santa Helena, Santa Luzia, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Preto, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Francisco do Brejão; São Francisco do Maranhão; São João do Caru; São João do Paraíso; São Luís, São Mateus do Maranhão, São Pedro dos Crentes, São Vicente Férrer, Senador La Rocque, Serrano do Maranhão, Sítio Novo, Tasso Fragoso, Timbiras, Timon, Tuntum, Turilândia, Vargem Grande, Viana e Vila Nova dos Martírios.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 30/11/2022 - BLOG GILBERTO LEDA POSITIVA
Tribunal de Justiça elege dois novos membros para o TRE-MA

Tribunal de Justiça elege dois novos membros para o TRE-MA

Publicado em 30 de novembro de 2022 por gilbertoleda

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu, na manhã desta quarta-feira (30/11), o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho como membro do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria "desembargador", com 29 votos. Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria "juiz".

A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, por meio dos Ofícios nº 11544 / 2022 – TRE-MA/PR/GP e nº 11575 / 2022.

Após anunciar o resultado final, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten parabenizou os eleitos, desejando muito sucesso na nova empreitada que tem início no ano de 2023. Velten ressaltou não ter dúvida de que o desembargador José Gonçalo Filho fará um excelente trabalho, contribuindo para o que já está sendo desenvolvido na Corte eleitoral, atualmente, presidida pela desembargadora Angela Salazar.

O desembargador José Gonçalo Filho agradeceu a todos os desembargadores e desembargadoras, servidores e servidoras, por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. "Farei tudo o que estiver ao meu alcance, para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve e vamos procurar melhorar continuamente", comentou.

O magistrado agradeceu, em especial, ao desembargador Paulo Velten, pelo incentivo para que participasse do pleito para o ingresso à Corte eleitoral, e também, ao apoio do desembargador Froz Sobrinho. "Fico feliz por ter conseguido a maioria dos votos para ser conduzido àquela Corte. Farei tudo o que estiver ao meu alcance", concluiu.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, parabenizou o desembargador José Gonçalo, e o juiz Angelo Santos, concluindo que o TRE-MA só tem a ganhar com a escolha desses novos membros.

O vice-presidente e corregedor do TRE-MA, desembargador José Luiz Almeida, falou da satisfação pessoal, na certeza de que será coletiva, na indicação dos eminentes colegas naquela Egrégia Corte. "Minha satisfação é plena de que juntos assumimos o compromisso de bem fielmente desempenhar nosso mister com o objetivo da melhor prestação jurisdicional à coletividade", finalizou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 30/11/2022 - BLOG GILBERTO LEDA POSITIVA

Presidente do TJMA recebe visita de novos procuradores de São Luís

Presidente do TJMA recebe visita de novos procuradores de São Luís

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, recebeu visita institucional, nessa terça-feira (29), do procurador-geral do Município de São Luís, Bruno Duailibe, da procuradora-adjunta Valdélia Araújo, do presidente da Associação dos Procuradores Municipais de São Luís, João Simões Teixeira, do assessor jurídico do Gabinete da Procuradoria Geral do Município (PGM), Ivaldo Macieira; e do procurador Rafael Kriek.

Na oportunidade, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, conheceu os novos procuradores do Município, Renata Medeiros, Jayme Toledo, Sahamia Ferreira, Ítalo Dantas e Luciano Pacheco, em que discutiram assuntos de interesses em comum para ambas instituições.

Durante a reunião, o desembargador Paulo Velten ressaltou a importância da atuação dos procuradores para a Justiça maranhense e a sociedade. "O trabalho que vocês realizarão na Procuradoria é extremamente importante para a Justiça e a sociedade maranhense. Quando integramos uma instituição e vemos que ela eleva o nível em termos de resposta à sociedade e atendimento às expectativas das pessoas é algo que nos enche de emoção e vontade de trabalhar. Por isso, é fundamental que vocês se integrem e vistam a camisa. Sejam bem-vindos e aproveitem este novo momento", pontuou o presidente, desejando sucesso a todos e a todas, na nova caminhada profissional.

Na oportunidade, o desembargador Paulo Velten também falou sobre o alcance do projeto Justiça de Proximidade, desenvolvido pela Alta Administração do TJMA. Com o tema "Fazer bem e depressa por uma Justiça de proximidade", o programa pretende expandir os quatro eixos da gestão do atual biênio do Tribunal de Justiça do Maranhão (governança, resolutividade, integridade e transparência) para as comarcas do interior do Estado.

O procurador-geral do Município, Bruno Duailibe, enalteceu a relevância e o intuito da reunião com o presidente do TJMA, registrando agradecimentos especiais ao desembargador Paulo Velten. "Ter a oportunidade de trazer os novos procuradores e as procuradoras, aqui, junto ao desembargador Paulo Velten, presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, a quem vivamente agradeço, é motivo de honra e alegria, não apenas para mim, como também para os procuradores. Este momento singular servirá de aprendizado e estímulo para os procuradores municipais começarem a desempenhar as suas respectivas funções de maneira entusiasmada com o Direito", frisou.

Durante o encontro, o presidente da Associação dos Procuradores Municipais de São Luís, João Simões Teixeira, entregou um boletim informativo produzido pela instituição em parceria com a Procuradoria do Município, no último ano. O documento divulga ações e conquistas judiciais e extrajudiciais alcançadas pelo órgão, destacando a importância da atuação da advocacia pública em diversas áreas.

O procurador João Simões enfatizou a importância do diálogo com o Judiciário maranhense para o

fortalecimento das instituições. "Essa recepção por parte do Tribunal de Justiça é crucial, afinal esse diálogo é muito importante para o fortalecimento das instituições para entrega de resultados à sociedade", afirmou.

Os cinco novos procuradores do Município de São Luís, aprovados em concurso público, foram empossados na sede da Prefeitura de São Luís, no dia 18 de novembro de 2022.

A função do procurador é representar judicial e extrajudicialmente o Município, além de cuidar do planejamento, controle, coordenação e execução das atividades jurídicas de interesse da cidade.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 30/11/2022 - BLOG GLAUCIO ERICEIRA POSITIVA Dois novos magistrados são eleitos para o TRE/MA

Dois novos magistrados são eleitos para o TRE/MA

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu, na manhã desta quarta-feira (30/11), o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho como membro do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria "desembargador", com 29 votos.

Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria "juiz".

A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, por meio dos Ofícios nº 11544 / 2022 – TRE-MA/PR/GP e nº 11575 / 2022.

Após anunciar o resultado final, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten parabenizou os eleitos, desejando muito sucesso na nova empreitada que tem início no ano de 2023. Velten ressaltou não ter dúvida de que o desembargador José Gonçalo Filho fará um excelente trabalho, contribuindo para o que já está sendo desenvolvido na Corte eleitoral, atualmente, presidida pela desembargadora Angela Salazar.

O desembargador José Gonçalo Filho agradeceu a todos os desembargadores e desembargadoras, servidores e servidoras, por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. "Farei tudo o que estiver ao meu alcance, para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve e vamos procurar melhorar continuamente", comentou.

O magistrado agradeceu, em especial, ao desembargador Paulo Velten, pelo incentivo para que participasse do pleito para o ingresso à Corte eleitoral, e também, ao apoio do desembargador Froz Sobrinho. "Fico feliz por ter conseguido a maioria dos votos para ser conduzido àquela Corte. Farei tudo o que estiver ao meu alcance", concluiu.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, parabenizou o desembargador José Gonçalo, e o juiz Angelo Santos, concluindo que o TRE-MA só tem a ganhar com a escolha desses novos membros.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA 30/11/2022 - BLOG JOERDSON RODRIGUES POSITIVA

Prefeito Nivaldo Araújo assina Termo de Cooperação Técnica com a CGJ-MA para regularização fundiária em Alcântara

Prefeito Nivaldo Araújo assina Termo de Cooperação Técnica com a CGJ-MA para regularização fundiária em Alcântara

https://joerdsonrodrigues.com.br/ | 29 de Novembro de 2022

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) realizou nesta terça-feira, 29, no auditório do Fórum de São Luís, solenidade de assinatura do Termo de Cooperação Técnica com 73 prefeituras municipais beneficiadas pelo Projeto "Registro para Todos", política pública adotada pelo órgão para promover o direito à moradia aos maranhenses que vivem em área ocupadas irregularmente. A meta da Corregedoria do Judiciário é alcançar 30 mil regularizações fundiárias, beneficiando milhares de famílias com a titulação de imóveis por meio do projeto, que está sendo realizado em parceria institucional com o Governo do Estado, prefeituras municipais e cartórios de registro de imóveis nas cidades parceiras. O prefeito de Alcântara, Nivaldo (PROS), esteve acompanhado da primeira-dama, Branca Diniz, e dos vereadores Miecio Macedo (PL) e Guterres Filho (AVANTE) no evento. O prefeito destacou a importância da regulamentação fundiária em seu município. "Há uma expressão que diz: que não há lugar como o nosso lar. Atualmente milhares pessoas em Alcântara que não possuem o documento que oficializa a posse de seus imóveis, terrenos e terras que trabalham, entretanto, hoje, com apoio da CGJ-MA e outros órgãos aqui presentes, iniciaremos em breve o processo de regularização com total transparência em nosso município e tão logo convocaremos a população para dar conosco este importante passo na caminhada para o desenvolvimento da nossa cidade", destacou o gestor. Comitiva de Alcântara Na abertura da solenidade, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho lembrou que o projeto de Regularização Fundiária teve início na gestão do corregedor Paulo Velten, junto ao MATOPIBA-MG e ao Fórum Fundiário Nacional e enfatizou que o registro imobiliário é gratuito para o cidadão. "É um Termo de Cooperação de Trabalho. Vamos trabalhar com o serviço judiciário, extrajudicial, Governo do Estado, Federação dos Municípios e Escola da Magistratura (...). Não é um serviço simples. É um serviço extremamente complexo. Trabalhamos com documentação, perícia, notificações, publicidade de editais, chamamento da população e dos vizinhos da demarcação e precisamos de uma secretaria para dar suporte às prefeituras", explicou o corregedor. Corregedor Froz Sobrinho destaca que ermo de Cooperação Técnica tem apoio de parceiros institucionais. A solenidade reuniu o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Velten; o secretário da Casa Civil, Sebastião Madeira, representando o governador do Estado do Maranhão, Carlos Brandão; o defensor público geral do Estado, Gabriel Furtado; os juízes Raimundo Neres, diretor do Fórum e Douglas Lima da Guia, coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária (NRF) da CGJ-MA; a prefeita de Anapurus, Vanderly Nascimento Monteles, representante da Federação dos Municípios do Maranhão (FAMEM), promotor de Justiça Haroldo Paiva de Brito, titular da 1ª Promotor de Justiça de Conflitos Agrários; Lucas Semeghini, titular do 4º Registro de Imóveis de São Luís, representante da ANOREG-MA, prefeitos municipais, procuradores de Justiça dos municípios e cartorários. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA "O problema da Regularização Fundiária no país não é novo e resulta de uma série de políticas que foram iniciadas, tentadas, mas fracassadas, por falta de vontade política, sobretudo, de homens e mulheres públicas, que estiveram à frente do processo", observou o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, acrescentando que a Reforma Agrária foi esquecida pelo poder público no Brasil. Para o presidente, a Regularização Fundiária é uma política pública necessária e prioritária para o desenvolvimento dos municípios, para assegurar a moradia digna para suas populações, dentre outros direitos. Presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, destaca importância da Regularização Fundiária como política pública. As autoridades presentes assinaram o Termo de Cooperação Técnica, que formaliza a parceria visando ao início das ações. A próxima etapa do projeto será o início das atividades nos municípios. As ações estão previstas para começar em janeiro de 2023. Cada município beneficiado vai elaborar um plano de trabalho descrevendo as etapas e os prazos, propor a legislação para o Poder Legislativo Municipal e treinar os seus servidores, em curso oferecido pela ESMAM. Será obedecida a ordem cronológica de apresentação desses planos, para o início das atividades. Segundo o coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária, juiz Douglas Lima da Guia, "a celebração dos termos de cooperação resulta de várias forças que primam por um bem maior - o direito à cidadania, com destaque para o papel do gestor do município que, ao aderir ao programa, reconhece o significado dessa importante política pública social". "Essa parceria com o Poder Judiciário é inédita e fecha o ciclo do projeto unindo os registradores como importantes parceiros. Temos que avançar agora com a estruturação do núcleo com pessoal vinculado aos municípios para que o projeto realmente se viabilize", declarou a juíza Ticiany Maciel Palácio, auxiliar da CGJ-MA responsável pelo setor das serventias extrajudiciais da CGJ-MA. Representante da FAMEM assina Termo de Cooperação Técnica. MUNICÍPIOS QUE ASSINARAM O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Assinaram o Termo de Cooperação Técnica prefeitos, procuradores de Justiça e registradores dos municípios de Açailândia, Afonso Cunha, Alcântara, Alto Parnaíba, Anajatuba, Anapurus, Apicum Açu, Axixá, Bacurituba (São Bento), Barreirinhas, Bela Vista, Bom Jardim, Buriticupu, Buriti Bravo, Campestre do Maranhão, Cantanhede, Carolina, Capinzal do Norte, Chapadinha, Codó, Davinópolis, Dom Pedro, Formosa da Serra Negra, Governador Edison Lobão, Governador Newton Bello, Governador Nunes Freire, Humberto de Campos, Itapecuru-Mirim, Joselândia, Lima Campos, Maracacumé, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Monção, Montes Altos, Morros, Nova Colinas, Nova Olinda, Paraibano, Paulino Neves, Paulo Ramos, Pindaré-Mirim, Pirapemas, Raposa, Ribamar Figuene, Santo Amaro, Santa Filomena, Santa Helena, Santa Luzia, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Preto, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Francisco do Brejão; São Francisco do Maranhão; São João do Caru; São João do Paraíso; São Luís, São Mateus do Maranhão, São Pedro dos Crentes, São Vicente Férrer, Senador La Rocque, Serrano do Maranhão, Sítio Novo, Tasso Fragoso, Timbiras, Timon, Tuntum, Turilândia, Vargem Grande, Viana e Vila Nova dos Martírios.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 30/11/2022 - BLOG JOHN CUTRIM - JORNAL PEQUENO POSITIVA

Desembargador José Gonçalo de Sousa Filho é eleito membro titular do TRE-MA

Desembargador José Gonçalo de Sousa Filho é eleito membro titular do TRE-MA

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu, na manhã desta quarta-feira (30/11), o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho como membro do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria "desembargador", com 29 votos. Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria "juiz".

A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, por meio dos Ofícios nº 11544 / 2022 - TRE-MA/PR/GP e nº 11575 / 2022.

Após anunciar o resultado final, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten parabenizou os eleitos, desejando muito sucesso na nova empreitada que tem início no ano de 2023. Velten ressaltou não ter dúvida de que o desembargador José Gonçalo Filho fará um excelente trabalho, contribuindo para o que já está sendo desenvolvido na Corte eleitoral, atualmente, presidida pela desembargadora Angela Salazar.

O desembargador José Gonçalo Filho agradeceu a todos os desembargadores e desembargadoras, servidores e servidoras, por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. "Farei tudo o que estiver ao meu alcance, para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve e vamos procurar melhorar continuamente", comentou.

O magistrado agradeceu, em especial, ao desembargador Paulo Velten, pelo incentivo para que participasse do pleito para o ingresso à Corte eleitoral, e também, ao apoio do desembargador Froz Sobrinho. "Fico feliz por ter conseguido a maioria dos votos para ser conduzido àquela Corte. Farei tudo o que estiver ao meu alcance", concluiu.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, parabenizou o desembargador José Gonçalo, e o juiz Angelo Santos, concluindo que o TRE-MA só tem a ganhar com a escolha desses novos membros.

O vice-presidente e corregedor do TRE-MA, desembargador José Luiz Almeida, falou da satisfação pessoal, na certeza de que será coletiva, na indicação dos eminentes colegas naquela Egrégia Corte. "Minha satisfação é plena de que juntos assumimos o compromisso de bem fielmente desempenhar nosso mister com o objetivo da melhor prestação jurisdicional à coletividade", finalizou.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 30/11/2022 - BLOG JORGE ARAGÃO POSITIVA

Tribunal de Justiça elege dois novos membros para o TRE-MA

Tribunal de Justiça elege dois novos membros para o TRE-MA

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu, na manhã desta quarta-feira (30/11), o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho como membro do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria "desembargador", com 29 votos. Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria "juiz".

A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, por meio dos Ofícios nº 11544 / 2022 - TRE-MA/PR/GP e nº 11575 / 2022.

Após anunciar o resultado final, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten parabenizou os eleitos, desejando muito sucesso na nova empreitada que tem início no ano de 2023. Velten ressaltou não ter dúvida de que o desembargador José Gonçalo Filho fará um excelente trabalho, contribuindo para o que já está sendo desenvolvido na Corte eleitoral, atualmente, presidida pela desembargadora Angela Salazar.

O desembargador José Gonçalo Filho agradeceu a todos os desembargadores e desembargadoras, servidores e servidoras, por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. "Farei tudo o que estiver ao meu alcance, para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve e vamos procurar melhorar continuamente", comentou.

O magistrado agradeceu, em especial, ao desembargador Paulo Velten, pelo incentivo para que participasse do pleito para o ingresso à Corte eleitoral, e também, ao apoio do desembargador Froz Sobrinho. "Fico feliz por ter conseguido a maioria dos votos para ser conduzido àquela Corte. Farei tudo o que estiver ao meu alcance", concluiu.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, parabenizou o desembargador José Gonçalo, e o juiz Angelo Santos, concluindo que o TRE-MA só tem a ganhar com a escolha desses novos membros.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 30/11/2022 - BLOG LUÍS CARDOSO POSITIVA Desembargador José Gonçalo de Sousa Filho é eleito membro titular do TRE-MA

Desembargador José Gonçalo de Sousa Filho é eleito membro titular do TRE-MA

Data: 30 de Nov de 22 às 16:43 Categoria: Política Sem Comentários

TJMA

Na mesma sessão, o juiz Angelo Santos foi eleito membro titular daquela Corte Eleitoral, na categoria "juiz"

Os desembargadores Ricardo Duailibe (vice-presidente), Paulo Velten (presidente do TJMA) e Gonçalo Filho (eleito membro-titular na categoria desembargador do TRE-MA) foto/divulgação: null O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu, na manhã desta quarta-feira (30/11), o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho como membro do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria "desembargador", com 29 votos. Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria "juiz".

A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, por meio dos Ofícios nº 11544 / 2022 - TRE-MA/PR/GP e nº 11575 / 2022.

Após anunciar o resultado final, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten parabenizou os eleitos, desejando muito sucesso na nova empreitada que tem início no ano de 2023. Velten ressaltou não ter dúvida de que o desembargador José Gonçalo Filho fará um excelente trabalho, contribuindo para o que já está sendo desenvolvido na Corte eleitoral, atualmente, presidida pela desembargadora Angela Salazar.

O desembargador José Gonçalo Filho agradeceu a todos os desembargadores e desembargadoras, servidores e servidoras, por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. "Farei tudo o que estiver ao meu alcance, para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve e vamos procurar melhorar continuamente", comentou.

O magistrado agradeceu, em especial, ao desembargador Paulo Velten, pelo incentivo para que participasse do pleito para o ingresso à Corte eleitoral, e também, ao apoio do desembargador Froz Sobrinho. "Fico feliz por ter conseguido a maioria dos votos para ser conduzido àquela Corte. Farei tudo o que estiver ao meu alcance", concluiu.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, parabenizou o desembargador José Gonçalo, e o juiz Angelo Santos, concluindo que o TRE-MA só tem a ganhar com a escolha desses novos membros.

O vice-presidente e corregedor do TRE-MA, desembargador José Luiz Almeida, falou da satisfação pessoal, na certeza de que será coletiva, na indicação dos eminentes colegas naquela Egrégia Corte. "Minha satisfação é plena de que juntos assumimos o compromisso de bem fielmente desempenhar nosso mister com o objetivo da

melhor prestação jurisdicional à coletividade", finalizou.			



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 30/11/2022 - BLOG MARDEN RAMALHO POSITIVA

São Luís não adota medidas necessárias para combater esgoto e Justiça mantém sentença condenatória

São Luís não adota medidas necessárias para combater esgoto e Justiça mantém sentença condenatória

29/11/2022 05:00:00

Com base em uma Ação Civil Pública proposta, em 2010, pela 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís, que tem como titular o promotor de justiça Luís Fernando Cabral Barreto Junior, o Município de São Luís recorreu de uma condenação ao Tribunal de Justiça do Maranhão, tendo o agravo interno negado pela 1ª Câmara Cível.

A decisão havia determinado prazo de seis meses para que a Prefeitura de São Luís promovesse todas as medidas relativas ao seu poder de polícia, "lacrando todos os pontos de lançamento de esgotos oriundos do imóvel que funciona a Churrascaria Pavan, ou quem a tiver sucedido, e lhe impondo a adoção de solução alternativa para captação de esgoto até que seja construída a rede de esgoto sanitário do local". Em caso de descumprimento da decisão, foi estabelecida multa diária de R\$ 1 mil.

Em seu voto, a desembargadora Ângela Salazar, relatora do caso, observou que desde 2007 a Prefeitura de São Luís tomou conhecimento do lançamento de esgotos na rede pluvial por vários imóveis, não adotando as medidas necessárias para combater o problema até a citação do processo movido pelo Ministério Público do Maranhão, quando passou a notificar os responsáveis pelos imóveis. De todos os envolvidos, apenas a Churrascaria Pavan Ltda. deixou de regularizar a situação.

"Inegável, portanto, a responsabilização do Município de São Luís quanto à omissão do seu dever de proteção ao meio ambiente e combate à poluição, consistente em evitar a degradação ambiental causada por particulares. Assim, não há reparos à sentença que impôs ao ente público a adoção de medidas judiciais e administrativas contra a Churrascaria Pavan Ltda., ou a quem a tiver sucedido, utilizando-se do poder de polícia, para impedir o lançamento de esgotos na rede pública de drenagem pluvial", afirmou, em seu voto, a desembargadora.

Fonte: CCOM-MPMA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 30/11/2022 - BLOG NOTICIADOR JURÍDICO POSITIVA TJMA reconhece direito de indenização a pais de vítima de acidente

TJMA reconhece direito de indenização a pais de vítima de acidente

novembro 29, 2022

Decisão da 2ª Câmara Cível afirma que o não pagamento do seguro obrigatório da embarcação não cria obstáculo à indenização por morte, segundo legislação

14/06/2022

Ascom/TJMA

Foto colorida mostra uma balança dourada sobre parte de uma mesa marrom. Atrás dela, um livro de capa dura, nas cores vermelho e vinho, em posição horizontal. Sobre o livro, uma base e um martelo de julgamento de madeira. O martelo tem um detalhe dourado.

A decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão foi unânime

foto/divulgação: Ascom/TJMA

Decisão unânime da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão reconheceu o direito de indenização, a ser paga aos pais de um rapaz, vítima de acidente náutico. De acordo com os membros do órgão do TJMA, o não pagamento do seguro da embarcação não cria obstáculo à indenização por morte, segundo a legislação. A decisão reformou sentença de primeira instância, que havia julgado improcedentes os pedidos dos autores da ação na Justiça de 1º grau.

O desembargador Guerreiro Júnior, relator da apelação cível ajuizada pelo pai e pela mãe da vítima - e que tem a Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros como parte apelada - adotou como relatório a parte expositiva do parecer da Procuradoria Geral de Justiça.

O trecho transcrito narra que os pais do rapaz apelaram ao TJMA, inconformados com a sentença originária da Comarca de Bacabal, nos autos da Ação de Cobrança de Indenização do Seguro Obrigatório DPEM (Seguro Obrigatório de Embarcações).

De acordo com o relatório, a sentença de base disse tratar-se de um seguro cuja natureza da responsabilidade é objetiva, de sorte que o pagamento da indenização é feito mediante a prova do acidente e do dano decorrente, independente da existência de culpa, semelhante ao DPVAT (seguro para automóveis).

Prosseguiu, registrando que, como todo seguro, tem vigência anual a contar, em caso de bilhete novo, das 24 horas do dia do pagamento do prêmio. Em caso de renovação, das 24 horas do dia do vencimento do bilhete anterior, desde que o prêmio do bilhete da renovação tenha sido pago até aquela data.

A sentença de primeira instância observou que o seguro, efetivamente, estava vencido quando do sinistro, pois documento comprova ter sido pago na agência bancária no dia 23 de julho de 2012, no valor R\$ 93,58. Como o acidente foi em 17 de agosto de 2014, entendeu que o autor não fazia jus ao recebimento do prêmio, que já estava vencido havia dois anos.

Os apelantes alegaram que "O artigo 8° da lei 8.374/91 prevê que haverá pagamento de indenização por invalidez ou morte e que depende somente da prova do acidente". E que "o artigo 10° prevê que a indenização será devida por empresa privada administrada, gerida e representada por ABGF (agência brasileira gestora de

fundos garantidores e garantias S.A".

A seguradora pediu que fosse mantida a sentença de base. O parecer da Procuradoria Geral de Justiça foi pelo provimento – entendimento favorável ao que foi requerido pelos pais da vítima.

VOTO

O desembargador Guerreiro Júnior disse que a questão envolve o direito dos autores ao recebimento de indenização referente a seguro DPEM, em caso de inadimplência da embarcação. O relator entendeu a situação como de simples resolução e citou o que diz a própria lei que rege a matéria.

"Art. 10. A indenização por morte ou por invalidez permanente ou as despesas de assistência médica e suplementares, causadas exclusivamente por embarcações não identificadas ou que estejam inadimplentes quanto ao pagamento do seguro de que trata esta Lei, serão devidas por fundo de direito privado constituído, administrado, gerido e representado pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, empresa pública de que trata o art. 37 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, na forma que dispuser o CNSP", transcreveu o desembargador.

O relator citou jurisprudência que confirma seu entendimento e, de acordo com o parecer ministerial, votou de forma favorável ao recurso dos pais da vítima, para reformar a sentença de 1º grau e reconhecer o direito dos apelantes à indenização do seguro DPEM. As desembargadoras Nelma Sarney e Maria das Graças Duarte acompanharam o voto do relator.

Agência TJMA de Notícias asscom@tjma.jus.br (98)3198-4370



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA 30/11/2022 - BLOG PAULINHO CASTRO POSITIVA

CGJ. MA firma parceria com Santa Helena do Prefeito Zezildo para regularização fundiaria

CGJ. MA firma parceria com Santa Helena do Prefeito Zezildo para regularização fundiaria

Assinatura do Termo de Cooperação Técnica formaliza parceria visando à regularização fundiária.

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) realizou nesta terça-feira, 29, no auditório do Fórum de São Luís, solenidade de assinatura do Termo de Cooperação Técnica com 73 prefeituras municipais beneficiadas pelo Projeto "Registro para Todos", política pública adotada pelo órgão para promover o direito à moradia aos maranhenses que vivem em área ocupadas irregularmente.

A meta da Corregedoria do Judiciário é alcançar 30 mil regularizações fundiárias com o projeto, que está sendo realizado em parceria institucional com o Governo do Estado, prefeituras municipais e cartórios de registro de imóveis nas cidades parceiras, beneficiando milhares de famílias com a titulação de imóveis.

Na abertura da solenidade, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho lembrou que o projeto de Regularização Fundiária teve início na gestão do corregedor Paulo Velten, junto ao MATOPIBA-MG e ao Fórum Fundiário Nacional e enfatizou que o registro imobiliário é gratuito para o cidadão.

"É um Termo de Cooperação de Trabalho. Vamos trabalhar com o serviço judiciário, extrajudicial, Governo do Estado, Federação dos Municípios e Escola da Magistratura (...). Não é um serviço simples. É um serviço extremamente complexo. Trabalhamos com documentação, perícia, notificações, publicidade de editais, chamamento da população e dos vizinhos da demarcação e precisamos de uma secretaria para dar suporte às prefeituras", explicou o corregedor.

Corregedor Froz Sobrinho destaca que ermo de Cooperação Técnica tem apoio de parceiros institucionais.

A solenidade reuniu o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Velten; o secretário da Casa Civil, Sebastião Madeira, representando o governador do Estado do Maranhão, Carlos Brandão; o defensor público geral do Estado, Gabriel Furtado; os juízes Raimundo Neres, diretor do Fórum e Douglas Lima da Guia, coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária (NRF) da CGJ-MA; a prefeita de Anapurus, Vanderly Nascimento Monteles, representante da Federação dos Municípios do Maranhão (FAMEM), promotor de Justiça Haroldo Paiva de Brito, titular da 1ª Promotor de Justiça de Conflitos Agrários; Lucas Semeghini, titular do 4º Registro de Imóveis de São Luís, representante da ANOREG-MA, prefeitos municipais, procuradores de Justiça dos municípios e cartorários.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

"O problema da Regularização Fundiária no país não é novo e resulta de uma série de políticas que foram iniciadas, tentadas, mas fracassadas, por falta de vontade política, sobretudo, de homens e mulheres públicas, que estiveram à frente do processo", observou o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, acrescentando que a Reforma Agrária foi esquecida pelo poder público no Brasil. Para o presidente, a Regularização Fundiária é uma política pública necessária e prioritária para o desenvolvimento dos municípios,

para assegurar a moradia digna para suas populações, dentre outros direitos.

Presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, destaca importância da Regularização Fundiária como política pública.

As autoridades presentes assinaram o Termo de Cooperação Técnica, que formaliza a parceria visando ao início das ações. A próxima etapa do projeto será o início das atividades nos municípios. As ações estão previstas para começar em janeiro de 2023. Cada município beneficiado vai elaborar um plano de trabalho descrevendo as etapas e os prazos, propor a legislação para o Poder Legislativo Municipal e treinar os seus servidores, em curso oferecido pela ESMAM. Será obedecida a ordem cronológica de apresentação desses planos, para o início das atividades.

Segundo o coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária, juiz Douglas Lima da Guia, "a celebração dos termos de cooperação resulta de várias forças que primam por um bem maior - o direito à cidadania, com destaque para o papel do gestor do município que, ao aderir ao programa, reconhece o significado dessa importante política pública social".

"Essa parceria com o Poder Judiciário é inédita e fecha o ciclo do projeto unindo os registradores como importantes parceiros. Temos que avançar agora com a estruturação do núcleo com pessoal vinculado aos municípios para que o projeto realmente se viabilize", declarou a juíza Ticiany Maciel Palácio, auxiliar da CGJ-MA responsável pelo setor das serventias extrajudiciais da CGJ-MA.

Representante da FAMEM assina Termo de Cooperação Técnica.

MUNICÍPIOS QUE ASSINARAM O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Assinaram o Termo de Cooperação Técnica prefeitos, procuradores de Justiça e registradores dos municípios de Açailândia, Afonso Cunha, Alcântara, Alto Parnaíba, Anajatuba, Anapurus, Apicum Açu, Axixá, Bacurituba (São Bento), Barreirinhas, Bela Vista, Bom Jardim, Buriticupu, Buriti Bravo, Campestre do Maranhão, Cantanhede, Carolina, Capinzal do Norte, Chapadinha, Codó, Davinópolis, Dom Pedro, Formosa da Serra Negra, Governador Edison Lobão, Governador Newton Bello, Governador Nunes Freire, Humberto de Campos, Itapecuru-Mirim, Joselândia, Lima Campos, Maracaçumé, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Monção, Montes Altos, Morros, Nova Colinas, Nova Olinda, Paraibano, Paulino Neves, Paulo Ramos, Pindaré-Mirim, Pirapemas, Raposa, Ribamar Fiquene, Santo Amaro, Santa Filomena, Santa Helena, Santa Luzia, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Preto, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Francisco do Brejão; São Francisco do Maranhão; São João do Caru; São João do Paraíso; São Luís, São Mateus do Maranhão, São Pedro dos Crentes, São Vicente Férrer, Senador La Rocque, Serrano do Maranhão, Sítio Novo, Tasso Fragoso, Timbiras, Timon, Tuntum, Turilândia, Vargem Grande, Viana e Vila Nova dos Martírios.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ 30/11/2022 - PORTAL DO MAGISTRADO POSITIVA Selo reconhece qualidade dos serviços cartorários do Maranhão

Selo reconhece qualidade dos serviços cartorários do Maranhão

Cartórios que se destacarem pela excelência na prestação de serviços aos usuários serão contemplados com um "Selo de Eficiência e Qualidade", pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA). O selo foi lançado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, nesta segunda-feira (28/11), com a participação de juízes, cartorários e servidores, no Fórum de São Luís, no bairro do Calhau.

O objetivo do selo é reconhecer e premiar, publicamente, a melhoria do desempenho e as boas práticas de gestão pelos delegatários dos serviços extrajudiciais do Maranhão. Os cartórios vencedores receberão uma certificação com os selos nas categorias ouro, prata ou especial e um elogio público.

Com a adoção do selo, a Corregedoria da Justiça maranhense institui mecanismos de governança extrajudiciária e de gestão participativa, instrumentos de prestação de contas dos serviços extrajudiciais; e política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos serviços notariais e de registro.

A juíza Ticiany Maciel Palácio, coordenadora das serventias extrajudiciais, fez a apresentação do selo ao público. Participaram da mesa diretora os juízes Raimundo Neres, diretor do Fórum; José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, diretor da secretaria da CGJ-MA, a juíza Lorena Rodrigues Brandão, do Núcleo de Registro Civil, e titular da Vara do Idoso e dos Registros Públicos e Ana Cristina, diretora da Associação dos Registradores das Pessoas Naturais do Maranhão (ARPEN-MA).

Macrodesafio - Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Fonte Oficial:

https://www.cnj.jus.br/selo-reconhece-qualidade-dos-servicos-cartorarios-do-maranhao/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=selo-reconhece-qualidade-dos-servicos-cartorarios-do-maranhao.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ 30/11/2022 - SITE ANOREG POSITIVA CGJ-MA lança selo para reconhecer qualidade dos serviços cartorários

CGJ-MA lança selo para reconhecer qualidade dos serviços cartorários

Cartórios que se destacarem pela excelência na prestação de serviços aos usuários serão contemplados com um "Selo de Eficiência e Qualidade", pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA). O selo foi lançado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, nesta segunda-feira, 28, com a participação de juízes, cartorários e servidores, no Fórum de São Luís, no bairro do Calhau.

O objetivo do selo é reconhecer e premiar, publicamente, a melhoria do desempenho e as boas práticas de gestão pelos delegatários dos serviços extrajudiciais do Maranhão. Os cartórios vencedores receberão uma certificação com os selos nas categorias ouro, prata ou especial e um elogio público.

Com a adoção do selo, a Corregedoria da Justiça maranhense institui mecanismos de governança extrajudiciária e de gestão participativa, instrumentos de prestação de contas dos serviços extrajudiciais; e política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos serviços notariais e de registro.

A juíza Ticiany Maciel Palácio, coordenadora das serventias extrajudiciais, fez a apresentação do selo ao público. Participaram da mesa diretora os juízes Raimundo Neres, diretor do Fórum; José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, diretor da secretaria da CGJ-MA, a juíza Lorena Rodrigues Brandão, do Núcleo de Registro Civil, e titular da Vara do Idoso e dos Registros Públicos e Ana Cristina, diretora da Associação dos Registradores das Pessoas Naturais do Maranhão (ARPEN-MA).

A CGJ-MA utilizará os relatórios de inspeção feitos pelos juízes e juízas corregedores, para extrair informações que serão consideradas na avaliação dos serviços cartorários, para a concessão do selo eficiência e qualidade aos delegatários.

SERVIÇO DE NATUREZA JUDICIAL DELEGADO

No lançamento do selo, o corregedor Froz Sobrinho ressaltou a importância do serviço extrajudicial, serviço de natureza judicial delegado aos particulares aprovados em concurso público. "Todos os direitos da vida civil passam pelos cartórios; agilidade, portanto, é algo muito importante e que precisa ser cobrado, e muito mais importante ainda são a qualidade e a segurança jurídica", disse.

O corregedor pediu o apoio dos juízes de direito na orientação e fiscalização dos serviços extrajudiciais. E enfatizou que um bom serviço extrajudicial é fruto também de uma boa parceria juiz corregedor e delegatário do serviço extrajudicial

"Precisamos que os juízes corregedores permanentes de cada comarca deem uma atenção maior às inspeções realizadas, pelo menos uma vez ao ano, além de realizarem visitas técnicas para verificação e orientação dos delegatários de cada comarca e termos judiciários. É importante entender que eles representam um importante membro do Judiciário que contribui com nossa imagem perante a sociedade e a prestação do serviço", destacou o corregedor maranhense.

RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO

Segundo o corregedor, a população merece utilizar serviços que sejam, ao mesmo tempo, ágeis, seguros e de qualidade.

"Evidente que um bom serviço extrajudicial é fruto também de uma boa parceria juiz corregedor e delegatário do serviço extrajudicial, complementou. Conclamamos, portanto, todos os magistrados para integrarem nosso planejamento estratégico para 2023/2024 de tornarmos os serviços extrajudiciais mais eficientes e com qualidade do estilo ISO2000, porque é isso que a sociedade merece: rapidez, qualidade e segurança jurídica", concluiu o corregedor.

Presente ao lançamento, o cartorário João Gusmão (Lagoa Grande do Maranhão e Lago do Junco), destacou a importância do selo para a Justiça e para o serviço extrajudicial. "Em razão de o delegatário se preocupar, não só com o atendimento no balcão, mas com a parte administrativa, em que a serventia extrajudicial vai estar atualizada, com todas as certidões de regularização fiscal, de alimentação dos dados no sistema e a conclusão de tudo isso vai ser a eficiência dos trabalhos, tanto do extrajudicial quanto do Poder Judiciário e a sociedade vai agradecer", frisou.

AGENDA 2030 DA ONU

A previsão da CGJ-MA é que em março do próximo ano deverá ser realizado um curso sobre inspeções judiciais - o segundo de nossa gestão. Até lá, deverá incluir novo relatório de inspeção no sistema Auditus, que será disponibilizado no celular, para facilitar a coleta de informações sobre o desempenho dos cartórios.

A instituição da premiação é fundamentada nas metas nacionais do Poder Judiciário de 2022; nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, nas ações do Planejamentos Estratégicos do Judiciário e no Provimento n.º 42/2022- da CGJ-MA, que criou o selo.

Fonte: TJMA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ 30/11/2022 - SITE BARRA DO CORDA POSITIVA Selo reconhece qualidade dos serviços cartorários do Maranhão

Selo reconhece qualidade dos serviços cartorários do Maranhão

Ribamar Guimarães by Ribamar Guimarães 29 de novembro de 2022 in Maranhão Selo reconhece qualidade dos serviços cartorários do Maranhão

Cartórios que se destacarem pela excelência na prestação de serviços aos usuários serão contemplados com um "Selo de Eficiência e Qualidade", pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA). O selo foi lançado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, nesta segunda-feira (28/11), com a participação de juízes, cartorários e servidores, no Fórum de São Luís, no bairro do Calhau.

O objetivo do selo é reconhecer e premiar, publicamente, a melhoria do desempenho e as boas práticas de gestão pelos delegatários dos serviços extrajudiciais do Maranhão. Os cartórios vencedores receberão uma certificação com os selos nas categorias ouro, prata ou especial e um elogio público.

Com a adoção do selo, a Corregedoria da Justiça maranhense institui mecanismos de governança extrajudiciária e de gestão participativa, instrumentos de prestação de contas dos serviços extrajudiciais; e política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos serviços notariais e de registro.

A juíza Ticiany Maciel Palácio, coordenadora das serventias extrajudiciais, fez a apresentação do selo ao público. Participaram da mesa diretora os juízes Raimundo Neres, diretor do Fórum; José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, diretor da secretaria da CGJ-MA, a juíza Lorena Rodrigues Brandão, do Núcleo de Registro Civil, e titular da Vara do Idoso e dos Registros Públicos e Ana Cristina, diretora da Associação dos Registradores das Pessoas Naturais do Maranhão (ARPEN-MA).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ 30/11/2022 - SITE CNJ POSITIVA Selo reconhece qualidade dos serviços cartorários do Maranhão

Selo reconhece qualidade dos serviços cartorários do Maranhão

29 de novembro de 2022

Selo reconhece qualidade dos serviços cartorários do MaranhãoFoto: Ascom TJMA Compartilhe

Cartórios que se destacarem pela excelência na prestação de serviços aos usuários serão contemplados com um "Selo de Eficiência e Qualidade", pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA). O selo foi lançado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, nesta segunda-feira (28/11), com a participação de juízes, cartorários e servidores, no Fórum de São Luís, no bairro do Calhau.

O objetivo do selo é reconhecer e premiar, publicamente, a melhoria do desempenho e as boas práticas de gestão pelos delegatários dos serviços extrajudiciais do Maranhão. Os cartórios vencedores receberão uma certificação com os selos nas categorias ouro, prata ou especial e um elogio público.

Com a adoção do selo, a Corregedoria da Justiça maranhense institui mecanismos de governança extrajudiciária e de gestão participativa, instrumentos de prestação de contas dos serviços extrajudiciais; e política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos serviços notariais e de registro.

A juíza Ticiany Maciel Palácio, coordenadora das serventias extrajudiciais, fez a apresentação do selo ao público. Participaram da mesa diretora os juízes Raimundo Neres, diretor do Fórum; José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, diretor da secretaria da CGJ-MA, a juíza Lorena Rodrigues Brandão, do Núcleo de Registro Civil, e titular da Vara do Idoso e dos Registros Públicos e Ana Cristina, diretora da Associação dos Registradores das Pessoas Naturais do Maranhão (ARPEN-MA).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ 30/11/2022 - SITE O JUDICIÁRIO POSITIVA Selo reconhece qualidade dos serviços cartorários do Maranhão

Selo reconhece qualidade dos serviços cartorários do Maranhão

30 de novembro de 2022 na categoria Justiça Federal

Selo reconhece qualidade dos serviços cartorários do MaranhãoCartórios que se destacarem pela excelência na prestação de serviços aos usuários serão contemplados com um "Selo de Eficiência e Qualidade", pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA). O selo foi lançado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, nesta segunda-feira (28/11), com a participação de juízes, cartorários e servidores, no Fórum de São Luís, no bairro do Calhau.

O objetivo do selo é reconhecer e premiar, publicamente, a melhoria do desempenho e as boas práticas de gestão pelos delegatários dos serviços extrajudiciais do Maranhão. Os cartórios vencedores receberão uma certificação com os selos nas categorias ouro, prata ou especial e um elogio público.

Com a adoção do selo, a Corregedoria da Justiça maranhense institui mecanismos de governança extrajudiciária e de gestão participativa, instrumentos de prestação de contas dos serviços extrajudiciais; e política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos serviços notariais e de registro.

A juíza Ticiany Maciel Palácio, coordenadora das serventias extrajudiciais, fez a apresentação do selo ao público. Participaram da mesa diretora os juízes Raimundo Neres, diretor do Fórum; José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, diretor da secretaria da CGJ-MA, a juíza Lorena Rodrigues Brandão, do Núcleo de Registro Civil, e titular da Vara do Idoso e dos Registros Públicos e Ana Cristina, diretora da Associação dos Registradores das Pessoas Naturais do Maranhão (ARPEN-MA).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA 30/11/2022 - SITE O MARANHENSE POSITIVA Comarcas de Anajatuba e Itapecuru-Mirim receberão o Programa Justiça de Proximidade

Comarcas de Anajatuba e Itapecuru-Mirim receberão o Programa Justiça de Proximidade

30/11/2022 02:02:00

O Programa Justiça de Proximidade do Poder Judiciário do Maranhão promoverá uma força-tarefa para aprimoramento da Justiça, nesta quarta-feira (30/11), na Comarca de Anajatuba, e na quinta-feira ($1^{\circ}/12$), na Comarca de Itapecuru-Mirim.

Durante a ação - promovida pela Alta Administração do TJMA - serão oferecidos serviços internos para melhorias nas áreas judiciais, administrativas e extrajudiciais, de recursos humanos, engenharia, segurança institucional, informática e tecnologia da informação, por parte das diretorias, unidades administrativas e judiciais da Justiça Estadual.

Com o tema "Fazer bem e depressa por uma Justiça de proximidade", o "Programa Justiça de Proximidade" pretende expandir os quatro eixos da gestão do atual biênio do Tribunal de Justiça do Maranhão (governança, resolutividade, integridade e transparência) para as comarcas do interior do Estado.

CONCILIAÇÃO ITINERANTE

O Programa Justiça de Proximidade levará às comarcas o Projeto Conciliação Itinerante. Durante o evento, cidadãos e cidadãs poderão resolver diversas questões pré-processuais (sem ação judicial) e processuais (com ação judicial), de natureza cível e de família, tais como: divórcio, pensão alimentícia, investigação de paternidade (com coleta de exame de DNA), dissolução de união estável, renegociação de dívidas, dentre outras.

A ação é coordenada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka.

O agendamento prévio para a conciliação poderá ser feito pelos seguintes canais: Telejudiciário (0800-707-1581 ou 98 3194-5555); WhatsApp do Nupemec (98 3198-4558) ou formulário eletrônico, disponível no Portal do TJMA. O agendamento também poderá ser feito presencialmente, no local do evento.

REGISTRO CIDADÃO

Por meio do Projeto Registro Cidadão, a população das duas comarcas poderão utilizar dos serviços de emissão do Registro de Nascimento, Procedimento do Registro Tardio de Óbito e Nascimento e emissão de segundas vias das certidões de nascimento, casamento e óbito, através da serventia extrajudicial de Registro Civil de Pessoas Naturais competente. Para participar, basta comparecer aos locais de atendimento que acontecerão nos fóruns das comarcas.

A iniciativa - organizada pelo Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do

Maranhão (FERC) - é executada de forma colaborativa entre o TJMA, a Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJ/MA), juízes e juízas, prefeituras, secretarias Estaduais, órgãos de Assistência Social e Médica municipais e registradores Civis de Pessoas Naturais.

Para obter mais informações sobre o projeto é só entrar em contato com o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (FERC), pelo telefone (98) 3261-6220 ou com os Cartórios dos respectivos Municípios.

OUTRAS AÇÕES

Como parte da programação, as comarcas de Anajatuba e Itapecuru-Mirim promoverão ações de sustentabilidade, assistência social, atendimentos médicos, serviços de saúde, palestras, entre outras.

As ações acontecerão por meio de parcerias com o Executivo Municipal, defensorias públicas, cartórios extrajudiciais e organizações da sociedade civil. Mais informações nos Fóruns das comarcas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA 30/11/2022 - SITE O MARANHENSE POSITIVA

Encontro Nacional do Colégio de Ouvidores Judiciais é encerrado na aldeia Wajãpi com Escuta Ativa

Encontro Nacional do Colégio de Ouvidores Judiciais é encerrado na aldeia Wajãpi com Escuta Ativa

30/11/2022 00:01:00

"Pela primeira vez na história do povo Wajãpi, recebemos os Ouvidores Judiciais para escutar nossas reivindicações", afirmou o cacique Kumaré Wajãpi. Ele tratava da visita que Ouvidores Judiciais de todo o Brasil fizeram mata adentro, na última sexta-feira (25), nas terras indígenas Wajãpi localizadas a oeste do Estado do Amapá, no município de Pedra Branca do Amapari - a aproximadamente 250 km da capital. O objetivo foi realizar escuta ativa com a comunidade indígena. A ação encerrou as atividades do 7º Encontro do Colégio de Ouvidores Judiciais, realizado de 23 a 25 de novembro.

Saúde, energia elétrica e qualificação profissional estiveram entre os principais assuntos tratados entre a comunidade e os Ouvidores Judiciais. Após a Escuta Ativa, o Tribunal de Justiça do Amapá já planeja uma ação itinerante para a comunidade indígena no início de 2023, juntamente com o Governo do Estado, órgãos de saúde e previdência social.

"São reivindicações básicas, nada mais do que a dignidade do ser humano como consta na constituição. Tenho certeza que a Ouvidoria do Amapá terá condições de ajudá-los e no que for necessário contem com a justiça brasileira e todos os ouvidores judiciais" garantiu o desembargador Altair Lemos.

A comitiva, que escutou atentamente cada reivindicação apresentada pela comunidade indígena, foi composta pelos seguintes ouvidores: desembargador Altair Lemos, presidente do Colégio de Ouvidores Judiciais do Brasil; desembargadora Tânia Reckziegel, Ouvidora Nacional da Mulher do Conselho Nacional de Justiça; desembargador Adão Carvalho, presidente da Coordenadoria de Proteção e Garantia dos Direitos dos Povos Indígenas no âmbito do Tribunal de Justiça do Amapá; desembargador Jayme Ferreira, Ouvidor-Geral do TJAP; além de outras autoridades do Ministério Público Estadual e Federal e Ouvidores Judiciais de Cortes das justiças Estadual, Federal, Eleitoral e Militar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR 30/11/2022 - SITE O MARANHENSE POSITIVA
Desembargador José Gonçalo de Sousa Filho é eleito membro titular do TRE-MA

Desembargador José Gonçalo de Sousa Filho é eleito membro titular do TRE-MA

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu, na manhã desta quarta-feira (30/11), o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho como membro do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria "desembargador", com 29 votos. Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria "juiz".

A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, por meio dos Ofícios nº 11544 / 2022 - TRE-MA/PR/GP e nº 11575 / 2022.

Após anunciar o resultado final, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten parabenizou os eleitos, desejando muito sucesso na nova empreitada que tem início no ano de 2023. Velten ressaltou não ter dúvida de que o desembargador José Gonçalo Filho fará um excelente trabalho, contribuindo para o que já está sendo desenvolvido na Corte eleitoral, atualmente, presidida pela desembargadora Angela Salazar.

O desembargador José Gonçalo Filho agradeceu a todos os desembargadores e desembargadoras, servidores e servidoras, por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. "Farei tudo o que estiver ao meu alcance, para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve e vamos procurar melhorar continuamente", comentou.

O magistrado agradeceu, em especial, ao desembargador Paulo Velten, pelo incentivo para que participasse do pleito para o ingresso à Corte eleitoral, e também, ao apoio do desembargador Froz Sobrinho. "Fico feliz por ter conseguido a maioria dos votos para ser conduzido àquela Corte. Farei tudo o que estiver ao meu alcance", concluiu.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, parabenizou o desembargador José Gonçalo, e o juiz Angelo Santos, concluindo que o TRE-MA só tem a ganhar com a escolha desses novos membros.

O vice-presidente e corregedor do TRE-MA, desembargador José Luiz Almeida, falou da satisfação pessoal, na certeza de que será coletiva, na indicação dos eminentes colegas naquela Egrégia Corte. "Minha satisfação é plena de que juntos assumimos o compromisso de bem fielmente desempenhar nosso mister com o objetivo da melhor prestação jurisdicional à coletividade", finalizou.

O post Desembargador José Gonçalo de Sousa Filho é eleito membro titular do TRE-MA apareceu primeiro em O Maranhense.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - OUVIDORIA 30/11/2022 - SITE O MARANHENSE POSITIVA Judiciário Maranhense realiza projeto Fale com o Ouvidor

Judiciário Maranhense realiza projeto Fale com o Ouvidor

29/11/2022 22:01:00

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concretizou, nessa segunda-feira (28/11), na Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão (PJMA), localizada no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), o primeiro dia de realização do projeto "Fale com o Ouvidor", no atual biênio.

No momento, o 2º vice-presidente do TJMA e ouvidor-geral do Poder Judiciário, desembargador Marcelino Everton, realizou o atendimento da demanda recebida, havendo assim, um contato direto entre os jurisdicionados e ouvidor-geral (acompanhado da equipe da Ouvidoria).

O objetivo da iniciativa é, por meio das manifestações recebidas, potencializar o aprimoramento dos serviços e atividades do Judiciário maranhense, contribuindo assim, para a garantia do exercício da cidadania. As manifestações apresentadas são recebidas de forma bastante humanizada e adequada às particularidades do usuário e usuária, e em seguida encaminhadas aos setores competentes do Judiciário.

Ainda na manhã do dia 28, o ouvidor-geral do PJMA, desembargador Marcelino, reuniu-se com a ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), Fabíola Diniz, para deliberação de ações interoperacionais objetivando avanços na escuta ativa da população, e com o diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa, juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira.

CANAIS

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão - instalada no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) - disponibiliza diversos canais de atendimento à sociedade, com o intuito de facilitar o acesso da população à Justiça e garantir os seus direitos.

O órgão pode ser acionado pelos telefones (98) 3194-5555 e 0800 707 1581 (Telejudiciário); por formulário eletrônico, disponível no site www.tjma.jus.br; e-mail (ouvidoria@tjma.jus.br); presencialmente; e pelo aplicativo móvel "Ouvidoria TJMA".

A sociedade também pode entrar em contato com a Ouvidoria pelos telefones (98) 98880-5251 (WhatsApp); (98) 3194-5849/ (98) 3194-5851/ (98) 3194-5854 (WhatsApp Business). O órgão também interage com a população por meio de Chat (no Portal do TJMA) e Telegram.